

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará

79201 Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
18.122.1297-4534	Operacionalização das Ações Administrativas	1.934.746	0	0	1.774.746	160.000	0	0	0
18.122.1297-4535	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	2.874.217	2.851.367	0	22.850	0	0	0	0
18.122.1297-4668	Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	80.000	0	0	80.000	0	0	0	0
18.126.1377-6719	Comunicação de Dados	170.773	0	0	170.773	0	0	0	0
18.128.1201-4098	Desenvolvimento de Competências Profissionais	39.000	0	0	39.000	0	0	0	0
18.331.1201-6004	Auxílio Alimentação	330.000	0	0	330.000	0	0	0	0
18.331.1201-6243	Auxílio Transporte	45.000	0	0	45.000	0	0	0	0
18.541.1380-6643	Outorga de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	1.128.000	0	0	1.048.000	80.000	0	0	0
18.541.1382-6655	Promoção das Cadeias de Valor de Produtos e Serviços Florestais e Ambientais da Sociobiodiversidade	421.457	0	0	271.675	149.782	0	0	0
18.541.1382-6656	Implantação de Planos de Desenvolvimento Local em Áreas sob Gestão de PCTAFs	272.728	0	0	112.728	160.000	0	0	0
18.541.1382-6657	Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar	285.870	0	0	210.869	75.001	0	0	0
18.542.1381-6650	Produção Florestal	1.581.210	0	0	1.429.460	151.750	0	0	0
18.542.1381-6651	Restauração Florestal	79.953	0	0	69.953	10.000	0	0	0
Total		9.242.954	2.851.367	0	5.605.054	786.533	0	0	0

Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará**PRINCIPAIS FINALIDADES:**

Regular, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de competência do Governo do Estado do Pará, cuja exploração tenha sido delegada à terceiros, entidade pública ou privada, através da concessão, permissão ou autorização.

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997.	Cria a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos, no Estado do Pará, e dá outras providências.
Decreto nº 3.172, de 16 de novembro de 1998.	Estabelece normas de constituição e funcionamento do Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos.
Lei nº 6.178, de 30 de dezembro de 1998.	Dispõe sobre a criação dos cargos de Secretários Especiais de Estado, e dá outras providências. Republicado no D.O.E., de 13 de julho de 2001.
Decreto nº 3.207, de 27 de novembro de 1998.	Dispõe sobre a organização interna da Agência Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos – ARCON.
Lei nº 6.212, de 28 de abril de 1999.	Dispõe sobre a criação, estrutura e funcionamento das Secretarias Especiais de Estado e institui o Colegiado de Gestão Estratégica, e dá outras providências. Republicado no D.O.E., de 24 de janeiro de 2003.
Decreto nº 3.375, de 26 de março de 1999.	Regulamenta os incisos VI e VIII, do art.2º da Lei Estadual nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, que criou a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos – ARCON.
Decreto nº 4.576, de 4 de abril de 2001.	Altera o Decreto nº 3.207, de 27 de Novembro de 1998, que dispõe sobre a organização interna da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos – ARCON.
Lei nº 6.838, de 20 de fevereiro de 2006.	Altera dispositivos da Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, que "Cria a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará e dá outras providências."
Lei nº 7.543 de 20 de julho de 2.011	Dispõe sobre a reorganização da Estrutura Administrativa vinculações no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.